



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado de Sergipe

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS- CURSO DE DIREITO

CADERNO DE QUESTÕES

ASSINATURA DO CANDIDATO POR EXTENSO (CONFORME O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)

--

- Este caderno contém a Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões. Neste o candidato pode rascunhar.
- Na Folha de Respostas qualquer rasura que afete a questão provocará sua nulidade e caso a rasura seja de proporção significativa a comissão do concurso poderá anular toda a Folha.
- Para cada questão só existe uma resposta objetiva que pode ser as letras **a, b, c, d** ou **e.**
- Apenas as respostas na Folha de Resposta serão contabilizadas. Nenhuma questão será considerada através do caderno de Questões ou outro meio.
- Ao receber a Folha de Resposta preencha corretamente o seu nome.
- **Na folha de resposta marque** com um “X” no **espaço** correspondente à resposta solicitada em cada questão (vide exemplo abaixo).

	01	02	03	04	05
A	X				
B		X			
C			X		
D				X	
E					X

O Caderno de Prova e o gabarito oficial somente serão divulgados no endereço eletrônico www.jfse.gov.br, após 48h da realização das provas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01)O Congresso Nacional promulgou, em agosto de 2006, a Lei 11.340, conhecida por “Lei Maria da Penha”, a qual criou mecanismos para proteger a mulher que é vítima de violência doméstica e familiar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 19 para declarar a constitucionalidade de dispositivos da referida lei, o que trouxe ainda mais força para sua aplicação. O princípio constitucional, relacionado aos direitos fundamentais, que embasa a “Lei Maria da Penha”, permitindo que a mulher receba um tratamento jurídico preferencial em relação ao homem nas situações de violência doméstica e familiar, é o da:

- A) Função social da propriedade;
- B) Liberdade individual;
- C) Igualdade material;
- D) Inviolabilidade domiciliar;
- E) Segurança jurídica.

02)Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:

- A) A regra da legalidade impede que o Chefe do Poder Executivo majore, por decreto, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- B) A regra da legalidade impede que o Chefe do Poder Executivo atualize monetariamente a base de cálculo dos tributos da competência do ente;
- C) Dispõe a Constituição Federal que o princípio da vedação ao confisco proíbe expressamente a utilização de tributos e multas com efeito confiscatório;
- D) O princípio da capacidade contributiva é direcionado apenas aos impostos, conforme expressa disposição constitucional;
- E) A regra da anterioridade nonagesimal impede que alíquotas e base de cálculo de todos os impostos municipais sejam majoradas depois de noventa dias para o término do exercício financeiro.

03)O art. 18 da Constituição Federal determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. É correto extrair dessa norma constitucional, entre outras conclusões, que:

- A) Não poderão ser criados novos Estados-membros, além dos já previstos na Constituição Federal;
- B) Aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi assegurado o exercício das competências legislativas e administrativas atribuídas à União;
- C) Os Municípios estão sujeitos às normas da Constituição Federal, mas não às da Constituição do seu respectivo Estado;
- D) A criação de territórios federais é vedada;
- E) Os territórios federais não são dotados de autonomia política.

04)Paulo é médico cirurgião e trabalha, devidamente concursado, para a Prefeitura de Goiânia, ocupando um cargo público em determinado Hospital. Paulo, neste ano de 2013, resolve prestar concurso para o cargo de médico do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Autarquia Federal. Neste caso, se aprovado no concurso, Paulo:

- A) Poderá acumular os cargos, mas deverá optar obrigatoriamente pela remuneração de um dos cargos;
- B) Não poderá acumular os cargos, pois o segundo cargo será exercido em Autarquia Federal;

- C) Poderá acumular os cargos, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários;
- D) Não poderá acumular os cargos, pois a Constituição Federal veda a acumulação de cargos públicos, com exceção de dois cargos de professor;
- E) Poderá acumular ambos os cargos, havendo compatibilidade de horários.

05)Por força de dispositivo constitucional, a União repassa, a cada mês, para estados e municípios uma parcela da arrecadação de alguns tributos. Toda a arrecadação de outros tributos, entretanto, permanece com a União, a exemplo do imposto sobre:

- A) Produtos industrializados;
- B) Operações de crédito, câmbio e seguro;
- C) A propriedade territorial rural;
- D) A importação;
- E) A renda e proventos de qualquer natureza.

06)Nos termos da Constituição Federal e consideradas as alterações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 45, compete ao Supremo Tribunal Federal, além de outras, julgar:

- A) Em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro, de um lado, e, do outro, Município;
- B) Originariamente, o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- C) Em recurso especial, as causas decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar Lei Federal;
- D) Originariamente, os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- E) Em recurso ordinário e especial, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.

07)A República Federativa do Brasil formada pela União indissolúvel dos estados e Municípios e do Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a vedação ao asilo político;
- B) O pluralismo político, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a vedação ao asilo político;
- C) A independência nacional, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a vedação ao asilo político;
- D) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a soberania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a vedação ao asilo político;
- E) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

08)A Constituição Federal de 1988 estabelece certas vedações aos juízes, dentre outras, a de:

- I. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que de magistério;
- II. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;
- III. Dedicar-se à atividade político-partidária;
- IV. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;
- V. Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos seis anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

É correto o que se afirma apenas em:

- A) I e II;

- B) I, II e III;
- C) I, II, III e V;
- D) II, III e IV;
- E) II, III, IV e V.

09) Nos termos da CF de 1988 a competência para legislar sobre Direitos Econômicos:

- A) Exclusiva da União;
- B) Comum à União, aos Estados e ao Distrito Federal;
- C) Concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal;
- D) Exclusiva dos Estados e dos Municípios;
- E) Da União, excluídas as normas gerais fixadas pelos Estados.

10) Em relação aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- A) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- B) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos;
- C) A instituição de impostos e contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas, compete exclusivamente a União;
- D) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência a União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios;
- E) Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) Pode-se conceituar os atos administrativos como manifestações de vontade do Estado, as quais são dotadas de alguns atributos. Dentre eles, destaca-se a presunção de legitimidade e veracidade, que:

- A) Significa a presunção absoluta de conformidade com a lei, dependendo de decisão judicial para eventual desfazimento;
- B) Consiste na presunção de que o ato praticado está conforme a lei e de que os fatos atestados pela Administração são verdadeiros, admitindo, no entanto, prova em contrário;
- C) Significa uma derivação do princípio da legalidade, na medida em que os atos praticados pela Administração possuem força de lei, podendo instituir direitos e obrigações aos administrados;
- D) Consiste na necessidade de que sejam confirmados pelo poder judiciário quando veicularem a produção de efeitos limitadores de direitos dos administrados;
- E) Significa que os atos administrativos se impõem a terceiros, mesmo que esses não concordem, podendo a Administração adotar medidas coercitivas diretas e concretas para fazer valer sua decisão.

12) O administrador público, do município de Aracaju, determinou a interdição de um estabelecimento comercial, por desrespeito à licença concedida, o faz exercendo o poder:

- A) Regulamentar;
- B) De polícia;
- C) Disciplinar;
- D) Hierárquico;
- E) De governo.

13) O atributo que autoriza o Poder Público a editar atos administrativos obrigacionais, independentemente da respectiva aquiescência do administrado, denomina-se:

- A) Presunção de veracidade;
- B) Imperatividade;
- C) Impessoalidade;
- D) Exigibilidade;
- E) Disciplinar.

14) O ato administrativo que contenha vício insanável de legalidade:

- A) Deve ser anulado, com efeito retroativo;
- B) Deve ser revogado, respeitando o direito adquirido;
- C) Não pode ser anulado;
- D) Pode ser revogado, com efeito retroativo;
- E) Pode ser anulado, com efeito retroativo.

15) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa correta:

- I. Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública pode fazer tudo que a lei não proíbe;
 - II. O princípio da impessoalidade não se aplica à Administração Municipal;
 - III. A finalidade como elemento essencial à validade dos atos administrativos, é aquele reconhecido como o mais condizente com a observância pela Administração do princípio fundamental da impessoalidade.
- A) FFV;
 - B) FVV;
 - C) VFV;
 - D) FFF;
 - E) VFF.

16) Analise a veracidade das frases abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Atos ordinatórios são os que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes;
 - II. Ato simples é o que resulta da manifestação de vontade de um único órgão;
 - III. A extinção de um ato administrativo operada pela Administração Pública, por não mais lhe convir a sua existência denomina-se revogação.
- A) FVV;
 - B) VVV;
 - C) VFV;
 - D) FFF;
 - E) VFF.

17) A transferência da atribuição de um órgão público para outro órgão público caracteriza a:

- A) Centralização;
- B) Concentração;
- C) Descentralização;
- D) Desconcentração;
- E) Redistribuição.

18) Em relação às autarquias, assinale a resposta correta:

- A) São criadas através de lei ordinária específica;
- B) São criadas através de lei complementar específica;
- C) São criadas por decreto legislativo;
- D) São criadas por lei ordinária genérica;
- E) São criadas por lei complementar genérica.

19) Assinale a alternativa que corresponde aos elementos do ato administrativo:

- A) Competência, objeto e forma;
- B) Competência, objeto, forma e finalidade;
- C) Motivo, forma e finalidade;
- D) Competência, objeto, forma, motivo e finalidade;
- E) Agente capaz, objeto, forma, motivo e finalidade.

20) Dispõe o art. 60 da Lei 8.666/1993 que “É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas:

- A) De valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento;
- B) De valor superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento;
- C) De valor superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento;
- D) De valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento;
- E) De valor não superior a 15% (quinze por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

21)Na dinâmica do inquérito policial não se inclui:

- A) O reconhecimento de pessoas e coisas;
- B) As acareações;
- C) O pedido de prisão temporária;
- D) A apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;
- E) A apresentação, através de advogado, de defesa preliminar por parte do indiciado.

22)Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é:

- A) Pública condicionada à representação do ofendido;
- B) Privada exclusiva;
- C) Pública incondicionada;
- D) Privada personalíssima;
- E) Pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

23)Em matéria de prisão preventiva, é correto afirmar:

- A) Poderá ser decretada a prisão preventiva como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria;
- B) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;
- C) Somente será decretada a prisão preventiva por conveniência da instrução criminal;
- D) Será admitida a decretação da prisão preventiva se o crime não envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;
- E) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva nem sempre necessita ser motivada.

24)No que pertine a matéria de nulidade prevista no CPP é certo que:

- A) As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas até o interrogatório do acusado;
- B) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada a qualquer tempo;
- C) A citação deficiente não pode ser convalidada pelo comparecimento do réu;
- D) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios;

- E) Será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

25)Segundo o Código Penal extingue-se a punibilidade, exceto:

- A) Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;
- B) Pela morte do agente;
- C) Pela prescrição, decadência ou perempção;
- D) Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;
- E) Pela retroatividade de lei que considera o fato como criminoso.

26)Sobre o perdão do ofendido, assinale a alternativa incorreta:

- A) O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito, se concedido por um dos ofendidos, prejudica o direito dos outros;
- B) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação;
- C) Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação;
- D) Não é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória;
- E) O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito, se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.

27)Segundo o Código de Processo Penal será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal. Essa regra constitui exceção ao princípio da:

- A) Indisponibilidade;
- B) Legalidade;
- C) Intranscendência;
- D) Obrigatoriedade;
- E) Oficialidade.

28)A respeito da Territorialidade e da Extraterritorialidade, analise as afirmativas seguintes:

- I. É caso de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, de acordo com o Código Penal, crime cometido contra a fé pública da União;
- II. A teoria da territorialidade temperada não foi adotada pelo direito pátrio;
- III. Ficam sujeitos a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro o crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

Está correto o que se afirma apenas:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) I e III.

29)Nos termos do art. 16 do Código Penal Brasileiro que prevê o arrependimento posterior, podemos informar que:

- A) Não há limite temporal para sua aplicação;
- B) É aplicável aos crimes com violência ou grave ameaça a pessoa;
- C) A reparação do dano ou a restituição da coisa não precisa se efetivar, bastando a simples intenção de fazê-la;
- D) O ato de arrependimento do agente, que cometeu o crime, não precisa ser voluntário;
- E) A pena pode ser reduzida de um a dois terços.

30) No que se refere ao tempo do crime nos termos do art. 4º do Código Penal Brasileiro considera-se praticado o crime, no momento:

- A) Da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;
- B) Em que ocorrer o resultado;
- C) Em que o agente concluir os atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido a ação ou omissão;
- D) Da conclusão da conduta delituosa, ainda que seja outro o momento da ação e omissão;
- E) Em que o agente iniciar os atos preparatórios, ainda que não tenha ocorrido a ação ou omissão.

DIREITO CIVIL

31) Em relação aos bens, assinale a alternativa correta:

- A) Pertencas são bens que constituem partes integrantes de outros bens móveis ou imóveis, para incremento de sua utilidade;
- B) São móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem;
- C) Infungíveis são os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- D) Não perdem o caráter de bens imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local;
- E) As benfeitorias podem ser principais, acessórias, singulares e coletivas.

32) Acerca dos negócios jurídicos, marque a resposta certa:

- A) Nas declarações de vontade importa considerar e fazer prevalecer apenas o sentido literal da linguagem;
- B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente;
- C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha ciência;
- D) Se forem eles celebrados com a cláusula de não valer sem instrumento público, este passa a ser incidental e secundário ao ato;
- E) O silêncio de uma parte importa sempre anuência à vontade declarada pela outra parte.

33) No tocante às pessoas jurídicas podemos afirmar:

- A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades ao público;
- B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes culpa ou dolo;
- C) A criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das instituições religiosas é condicional, por ser laico o Estado brasileiro, que deverá autorizar ou não seu reconhecimento e registro;
- D) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno;
- E) As autarquias e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

34) De acordo com o Código Civil, os menores de dezesseis anos:

- A) Possuem personalidade civil e os direitos que dela decorrem, mas são absolutamente incapazes e não podem exercer pessoalmente os atos da vida civil;
- B) Possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e plena capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil;
- C) Não possuem personalidade civil;
- D) Possuem personalidade civil, mas não os direitos que dela decorrem;

- E) Possuem personalidade civil, os direitos que dela decorrem e capacidade relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil.

35) De acordo com o código civil, para as pessoas naturais, a personalidade se inicia a partir:

- A) Dos 18 (dezoito) anos completos;
- B) Do alistamento eleitoral;
- C) Do momento da concepção;
- D) Do nascimento com vida;
- E) Do registro de nascimento da pessoa no registro público.

36) Severino teve que mudar o madeiramento da cobertura de sua casa por estar infestada de cupins, para realizar tal serviço foi necessário retirar todas as telhas, que foram empilhadas para serem reempregadas. Essas telhas pertencem à classe dos bens:

- A) De uso especial;
- B) Consumíveis;
- C) Móveis;
- D) Imóveis;
- E) Divisíveis.

37) Considere as seguintes afirmações a respeito da condição, do termo e do encargo:

- I. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, se subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- II. O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito;
- III. O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição resolutiva.

A luz do código civil está (ao) correta (s) apenas:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e III;
- E) I, II e III.

38) De acordo com o código civil é nulo o negócio jurídico, exceto, quando:

- A) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- B) Celebrado por relativamente incapaz, sem a devida assistência;
- C) For ilícito, impossível ou indeterminado seu objeto;
- D) For preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- E) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

39) Com relação à prescrição e decadência, é incorreto afirmar:

- A) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado;
- B) A decadência faz extinguir a pretensão e a prescrição extingue o próprio direito;
- C) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes;
- D) É nula a renúncia à decadência fixada em lei;
- E) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

40) Em relação ao domicílio, assinale a alternativa incorreta:

- A) O domicílio do servidor público é o lugar em que exerce permanentemente suas funções;
- B) Dos Estados, o lugar onde funcione a administração estadual;

- C) O domicílio dos Territórios, as respectivas capitais;
D) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente;
E) O domicílio do preso é o lugar em que cumprir a sentença.

- B) I;
C) II;
D) I e III;
E) III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41)O ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente é denominado:

- A) Decisão interlocutória;
B) Despacho;
C) Ato ordinatório;
D) Sentença constitutiva;
E) Sentença declaratória.

42)No que se refere à competência:

- A) É ela determinada no momento em que a ação é proposta, como regra, mostrando-se irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente;
B) Cabe à autoridade judiciária estrangeira proceder a inventário e partilha de bens, mesmo que situados no Brasil, se o autor da herança for estrangeiro e houver residido fora do território nacional;
C) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão, em regra, propostas no foro do domicílio do autor;
D) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, será ele demandado na capital do Estado da federação em que houver residido com endereço certo;
E) A competência territorial é absoluta e levanta-se por meio de preliminar na defesa apresentada pelo réu.

43)Sobre apelação, de acordo com CPC, podemos afirmar:

- A) A decisão que releva a pena de deserção pode ser objeto de agravo de instrumento;
B) O recorrente não poderá desistir do recurso sem a anuência dos litisconsortes;
C) O prazo para responder é de 10 dias, quando a sentença tiver sido proferida em audiência;
D) Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes;
E) A aceitação expressa ou tácita da sentença não impede a interposição e o conhecimento do recurso.

44)São condições da ação:

- A) Capacidade postulatória, legitimidade das partes e interesse processual;
B) Competência do juiz, inoccorrência da prescrição e não terem as partes celebrado convenção de arbitragem;
C) Interesse de agir, inoccorrência da prescrição ou de decadência e capacidade de ser parte;
D) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual;
E) Possibilidade jurídica do pedido, não se achar premissa a ação e citação válida do réu.

45) Com relação aos prazos processuais, analise a veracidade das frases:

- I. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor;
II. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-á contado em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer;
III. Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

Está (ao) correta(s):

- A) I e II;

46)Considere as seguintes assertivas a respeito dos atos processuais:

- I. Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
II. A prática de um ato determinado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região ao Juiz Federal de Estância faz-se mediante carta precatória;
III. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu.

De acordo com o CPC está correto somente o que se afirma em:

- A) I;
B) II;
C) III;
D) I e III;
E) I, II e III.

47)Qual dos itens abaixo está correto conforme o CPC:

- A) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;
B) O prazo para interposição da apelação é de dez dias;
C) O agravo retido depende de preparo;
D) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte;
E) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, nunca poderão ser suscitadas na apelação.

48)Em relação à jurisdição e ação, considere as seguintes opções:

- I. A autotutela é um equivalente jurisdicional;
II. Conforme o CPC, a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes e membros do ministério público em todo território nacional;
III. São elementos da ação: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade.

Nesses casos, está correto somente o que se afirma em:

- A) I;
B) II;
C) III;
D) I e II;
E) I, II e III.

49)A respeito dos Recursos Cíveis, assinale a opção certa:

- A) No agravo de instrumento não é permitida a retratação do juiz;
B) Não é cabível embargos de declaração em acórdão emitido por tribunal;
C) Nos embargos infringentes não é admitida vista ao recorrido para contrarrazões;
D) O Ministério Público não terá legitimidade recursal no processo quando figurar como fiscal da lei;
E) Os embargos de declaração não estão sujeitos a preparo.

50) O art. 2º do Código de Processo Civil diz o seguinte: “Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais”. Este dispositivo trata diretamente de qual princípio de direito processual civil:

- A) Da legalidade;
- B) Da publicidade;
- C) Do juiz natural;
- D) Da inércia da jurisdição;
- E) Da oralidade.